

NOTAS ECONÓMICAS 7

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ALAIN LIPIETZ LE MONDE DE L'APRÈS-FORDISME

TONY CULYER O IMPACTO DA ECONOMIA DA SAÚDE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

PEDRO NOGUEIRA RAMOS MECANISMOS DE TRANSMISSÃO MONETÁRIA: UMA ANÁLISE COM BASE EM DADOS ESPACIAIS

HORÁCIO CRESPO FAUSTINO COMÉRCIO INTRA-SECTORIAL E VANTAGENS COMPARATIVAS ENTRE PORTUGAL E ESPANHA (1983-1992)

MARIA ISABEL R. T. SOARES IRREVERSIBILIDADE E DIFERIMENTO DE INVESTIMENTOS PRODUTIVOS

CARLOS TENREIRO SMEs IN EUROPE: THERE'S NO BUSINESS LIKE SMALL BUSINESS

JOÃO SOUSA ANDRADE CONFUSÕES À VOLTA DA UNIFICAÇÃO MONETÁRIA EUROPEIA

PAULINO TEIXEIRA EMPREGO E TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA



Debates sobre a Economia Portuguesa

Forum é também um local de debate. Por isso, esta secção vale não só pelos contributos que publica como pelo convite que fica feito aos investigadores para polemizarem ou completarem pontos de vista.

Confusões à volta da Unificação Monetária Europeia

João Sousa Andrade Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

O aparecimento cíclico de algumas confusões a respeito do SME e da participação portuguesa na futura união monetária levou-me a escrever estas observações. Elas dirigem-se para duas questões sobre as quais a reflexão corrente é, por vezes, muito pobre. A primeira consiste em não distinguir claramente nos problemas que o SME ou a UEM enfrentam e podem enfrentar, o que é originado no interior do SME ou à UEM, e o que é originado no exterior. A segunda refere-se também à identificação da origem dos problemas internos do SME ou da futura UEM, porque, ainda que eles tenham uma origem interna, essa origem pode estar ao nível dos comportamentos específicos desta ou daquela nação. E com certeza que identificar problemas da construção monetária europeia que têm uma origem exterior à União Europeia, ou que são específicos de uma ou outra economia, não é o mesmo que identificar problemas internos ou caracterizadores do processo de unificação monetária.

I.

Do ponto de vista do sistema monetário internacional podemos dizer que três moedas dominam a economia do nosso tempo. São elas: o dólar, o marco e o iene. A sua importância advém-lhes das suas características particulares. Assim, o dólar é meio internacional de pagamento e instrumento geral de trocas. O seu domínio não é contestado por nenhuma das outras, embora o seu espaço de circulação tenha vindo a reduzir-se lentamente. Já o marco e o iene são moedas que, embora utilizadas como unidade de conta e de reserva de valores, não têm um espaço de circulação como instrumento de trocas e como meio de pagamento, comparável à primeira. A credibilidade associada às políticas económicas alemã e japonesa na defesa da estabilidade do valor interno das suas moedas levou a que ambas ganhassem um cunho de

internacionalização importante nas últimas décadas. Se a área de circulação de uma moeda aumenta, é natural que o acréscimo da procura dessa moeda conduza à sua valorização. Isto é tanto mais evidente quanto maior for o apego da autoridade monetária dessa área à estabilidade dos preços internos.

Se o que dissemos é verdade, então, haverá uma tendência, nos últimos anos, pós-experiência Reagan, para uma valorização do marco e do iene e uma desvalorização do dólar. Os gráficos que apresentamos com a evolução das taxas de câmbio reais, de Janeiro de 1987 ao final do ano de 1995, ilustram bem a ideia que procurámos transmitir. É notória a valorização do marco e também do iene, e pelo contrário, é notória a desvalorização do dólar. E em termos de longo prazo, não devemos surpreender-nos com a continuação daquele movimento se as formas de cooperação, nomeadamente a nível do G7, não se alterarem e levarem ao estabelecimento de paridades estáveis entre aquelas moedas, o que, diga-se de passagem, "anda no ar" desde a Cimeira de Bona de 1978 e mais acentuadamente desde a reunião do Hotel Plaza de 1985. Um mundo monetário e político tripolar, pode levar a uma "guerra" cambial e monetária parecida com a que se verificou entre o "bloco ouro", comandado pela França, e o "bloco dólar", com a óbvia vitória do bloco inflacionista.

Mas por agora nada mais podemos acrescentar à constatação que acabámos de fazer. Estamos na Europa, pertencemos à zona marco, pertencemos a uma zona cuja moeda se valoriza, e por isso a nossa também se valoriza. O Gráfico 4 é bem ilustrativo desta cadeia lógica. As questões mais interessantes a colocar, quanto ao futuro do sistema monetário internacional, estão já aqui esboçadas. Qual a relação de câmbio entre aquelas moedas? A que resulta da independência de cada uma das respectivas autoridades monetárias, com a constante valorização do marco, por exemplo, ou a que resulta da acrescida cooperação internacional ao nível da política monetária, com a estabilidade da relação cambial entre aquelas áreas monetárias? Que não possamos responder àquelas questões, é uma coisa, mas que elas não sejam tidas em conta na

análise do SME e da UEM, é outra bem diferente ...

II.

Talvez não seja necessário insistir no facto de a economia portuguesa ser uma economia aberta, e que depois de 1986 se tornou progressivamente ainda mais aberta, sobretudo ao nível das importações. Demorou bastantes anos a alterar a prática de negociação salarial com base na inflação esperada e não na inflação passada. E



Gráfico 1 – Taxa de Câmbio Real do dólar (1987:1/1995:12)

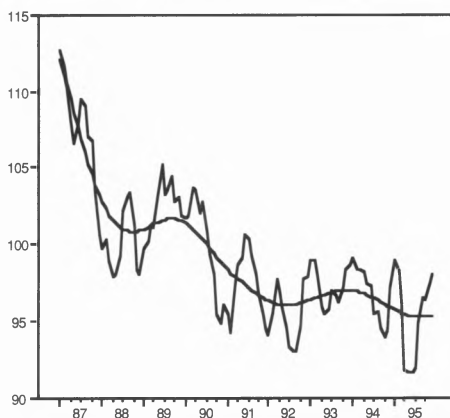
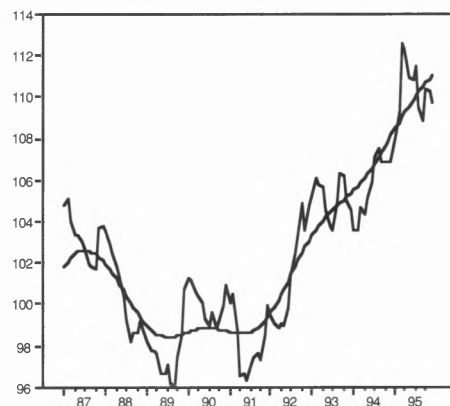
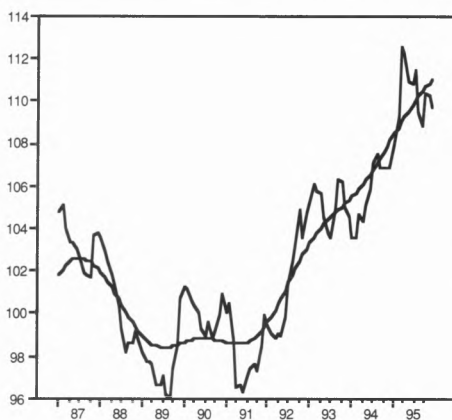


Gráfico 2 – Taxa de Câmbio Real do marco (1987:1/1995:12)

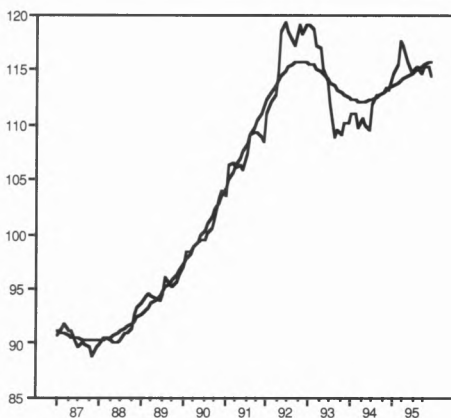




**Gráfico 3 – Taxa de Câmbio Real do iene
(1987:1/1995:12)**



**Gráfico 4 – Taxa de Câmbio Real do escudo
(1987:1/1995:12)**



possivelmente vai demorar muito tempo até que as negociações sejam feitas tendo em conta aquela característica de abertura da nossa economia.

Entrámos alegremente no sistema de câmbios do SME, passámos antes disso a seguir uma política de estabilidade cambial, e que consequências tiveram estas políticas na prática da negociação salarial e na política de concertação social? Nenhuma.

Passemos à evolução dos salários na

indústria em Portugal, a valores em dólares e em marcos e ainda a valores em dólares constantes e em marcos constantes, tendo sempre em conta o deflacionador do produto interno bruto das economias portuguesa, norte-americana e alemã, e vejamos o que aconteceu para o período de 1990 a finais de 1994.

**Quadro 1 – Evolução dos salários reais (%)
no período 1990:I – 1994:IV**

	Média simples	Desvio- -padrão	Mínimo	Máximo
Escudos	0,92	2,0	-1,45	6,74
Dólares	7,10	15,5	-23,70	32,51
Marcos	3,10	7,8	-10,96	12,42

Como podemos verificar, a evolução dos salários, extremamente moderada, quando avaliada em escudos, esconde uma evolução em termos de poder de compra em dólares e em marcos muito diferente. Os salários cresceram mais de três vezes em marcos do que em escudos e praticamente oito vezes mais em dólares do que em escudos. Ao mesmo tempo, a flutuação das taxas, quando medidas em termos de dólares e de marcos, foi substancial, o que implica uma forte instabilidade de custos numa economia aberta como a nossa. Não podemos esquecer que o valor máximo de uma taxa de crescimento anual se deu para os salários em dólares e atingiu 32,5%, o que é sem dúvida muito elevado.

III.

Em suma, para além do que acontece ao nível internacional, no que respeita à valorização das diferentes moedas, e que nos diz respeito como cidadãos deste mundo, algo foi acontecendo na nossa economia, relativamente à qual não podemos nem ficar cegos, nem deixar de ser cidadãos. A instabilidade da evolução dos salários, em termos de dólares e de marcos foi enorme, e se queremos produzir, e não apenas consumir o que outros produzem, alguma coisa terá de mudar. E este último problema não vem da Alemanha ou do marco, ou de Bruxelas, mas de Lisboa.

Emprego e Transformação Estrutural da Economia*

Paulino Teixeira Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

1. Introdução

Tentarei defender nesta intervenção que: 1^a) as transformações económicas estruturais influenciam a taxa de desemprego; e 2^a) as diferentes instituições do mercado de trabalho, suas regras e regulamentações determinam a criação de emprego no longo prazo e, portanto, embora não necessariamente, a taxa de desemprego de longo prazo. Apresento, em primeiro lugar, alguns factos, para depois falar um pouco sobre as suas causas, bem como sobre a forma como as diferentes características institucionais podem determinar o desempenho do mercado de trabalho no longo prazo, tentando ilustrar, no fim, como a reflexão aqui desenvolvida se pode aplicar à realidade da Região Autónoma da Madeira (RAM).

2. Transformação Económica Estrutural: os factos

Não é esta a oportunidade para desfilarmos números e estatísticas sobre a evolução da nossa economia. Seleccionarei, em traços muito largos, apenas dois aspectos: a evolução dos índices de emprego e de produção da indústria transformadora, elucidativos do que julgo poder designar por transformação estrutural.

Destaco a quebra acentuada do emprego e da produção industrial que tem vindo a registar-se desde o início dos anos noventa e que coloca os índices actuais ao nível dos valores da primeira metade da década de 80. A mudança estrutural é também evidente na reafecção de recursos que se verifica nos mais variados sectores de actividade, de que são exemplo a queda do produto agrícola, o aumento exponencial do ensino superior, a proliferação das grandes superfícies de retalho, a concentração do sector financeiro, etc., etc.

A variação negativa dos índices de produção e emprego que referi para a indústria transformadora — a indústria transformadora representa hoje menos de 30% do emprego total — significa que a transformação económica em Portugal tem sido seguida de perdas líquidas de emprego e que, por consequência, a nossa economia, como aliás todas as economias da OCDE, não regista efeitos pró-emprego na indústria transformadora.

É claro que estas perdas líquidas não têm sido, felizmente, perdas líquidas totais da economia, mas, como é amplamente conhecido, a criação de empregos nas outras actividades económicas tem-se revelado insuficiente para cobrir quer a mão-de-obra excedentária na indústria, quer as novas entradas no mercado de trabalho, pelo que assistimos: a) a um decréscimo da relação emprego/população total, hoje na ordem dos 45% em comparação com os cerca de 50% do início da década; e b) ao aumento da taxa de desemprego.

Refira-se ainda que associado ao forte fluxo de saída da indústria transformadora existe um outro fenómeno muito importante — e que pode ser estudado independentemente — que é o aumento da mobilidade dos trabalhadores, obrigados a transitar de posto de trabalho com uma frequência perfeitamente desconhecida no nosso mercado de trabalho. Com efeito, do ponto de vista da mobilidade, sobretudo nos jovens trabalhadores e nos trabalhadores com formação universitária, as nossas taxas de mobilidade não se afastam muito das de outras economias com mercados de trabalho muito dinâmicos como, por exemplo, o mercado americano.

Em resumo, e no que respeita à transformação estrutural, os factos são estes:

- a) menor criação de empregos;
- b) aumento da taxa de desemprego;
- c) aumento da mobilidade do trabalho.

3. As causas

Não me referirei a elas em detalhe. Direi apenas, em síntese, que as causas da transformação estrutural — de que eu



* Comunicação apresentada no Painel de Economia e Desenvolvimento, *Estados Gerais para a Mudança*, Funchal, 22 de Junho de 1996.



identifiquei apenas algumas variáveis representativas do mercado de trabalho — se prendem com a maior abertura da economia ao comércio externo, em geral, e com a integração num grande espaço económico, ele próprio concebido como bloco de comércio livre. Esta maior abertura ao comércio internacional reflecte, por sua vez, a convicção — sustentada pela teoria económica — de que são de esperar ganhos significativos de bem-estar se os principais obstáculos ao comércio livre forem eliminados.

Outra componente da transformação económica, de forte impacto sobre a criação de emprego, é o progresso técnico, cuja difusão obviamente se faz de forma tanto mais acelerada quanto maior for a abertura dos mercados e a participação no comércio internacional.

Do ponto de vista que aqui importa focar, o progresso técnico tem o efeito de tornar obsoletas as qualificações dos trabalhadores, ao mesmo tempo que aumenta a produtividade daqueles que se mantêm empregados. E estes efeitos são tanto mais importantes quanto a generalidade dos trabalhadores — e dos empregadores — não poderia, por variadas razões, prevê-los e, portanto, tomar em devido tempo as decisões intertemporais adequadas.

O que deve ser realçado é que a transformação estrutural da economia obriga à alteração dos planos ou decisões individuais dos trabalhadores e das empresas, o que, por si só — isto é, por simples fricção entre a procura e a oferta de trabalho — leva ao aumento da taxa de desemprego, se não houver trabalhadores desencorajados em número suficiente que “voluntariamente” abandonem a população activa.

4. Regulamentação laboral e mercado de trabalho

Passo agora ao terceiro ponto da minha argumentação. Ou seja, sobre a forma como a regulamentação laboral pode influenciar o desempenho do mercado de trabalho, medido em termos da criação de postos de trabalho e da taxa de desemprego.

Procurarei mostrar, em síntese, que as escolhas que colectivamente fazemos quanto a variáveis de política laboral — como o regime de despedimentos, o subsídio de desemprego, o salário mínimo, a formação profissional e o regime de negociação colectiva, para indicar algumas das mais relevantes — não são neutras relativamente aos efeitos que exercem no mercado de trabalho a longo prazo.

Apontarei, em todo o caso, apenas para algumas direcções por uma questão de tempo, mas nem é essa, porventura, a razão essencial. É que os resultados que se conhecem quanto aos efeitos daquelas variáveis sobre o comportamento do mercado de trabalho não são suficientemente resistentes, digamos, à simples alteração de alguns parâmetros de análise.

Pensei inicialmente em concentrar-me em duas variáveis: o regime de negociação colectiva e a contratação a termo. Para maior economia de tempo, vou falar apenas do segundo aspecto. Vou cruzar a nossa experiência com a de outros países, para concluir com a evolução desta variável aqui na RAM. Terminarei com a explicitação de uma correlação *ad hoc* entre o ciclo político e o comportamento das variáveis económicas taxa de desemprego e peso dos contratos a prazo, tomando ambas, para simplificar, como representativas do ciclo económico.

5. Mobilidade da mão-de-obra

Um dos resultados da transformação estrutural da economia no campo do mercado de trabalho é a já referida mobilidade, aqui analisada através do fenómeno dos contratos a prazo. Refira-se entretanto que o aparecimento dos contratos a prazo é anterior à total abertura da nossa economia ao espaço europeu. A sua origem remonta a 1976, ao primeiro governo socialista, e teve a ver com a necessidade de dotar a economia de um instrumento de ajustamento da mão-de-obra relativamente às variações da procura (volume de negócios). Dito de outra forma, tratava-se de introduzir um instrumento que pudesse compensar, na altura, a evidente rigidez dos despedimentos individuais por razões económicas.

Como é conhecido, este instrumento foi imediatamente utilizado pelos empregadores e rapidamente atingiu valores superiores aos 10% do total da população empregada, até atingir cerca de 20% na passagem dos anos 80 para os anos 90. Não certamente por acaso — com a aprovação da nova lei dos despedimentos, em 1989, que voltou a permitir os despedimentos por razões económicas (para além de várias simplificações processuais) —, o peso dos contratos não permanentes tem vindo a diminuir de forma acentuada, situando-se agora a média nacional na ordem dos 11%. Para esta evolução terão também contribuído as restrições adicionais impostas à sua utilização.

Graças aos contratos a termo — e a outros instrumentos que referiremos mais adiante —, Portugal conseguiu atingir resultados em termos de emprego muito acima da média dos países da OCDE, para não falar do conjunto da UE.

Não queremos com esta afirmação estabelecer apressadamente uma relação causa-efeito, nem muito menos dar por provada uma correlação entre o regime de contratos a prazo e a boa prestação do mercado de trabalho. Esta é, de facto, uma proposição por testar. Mas estou convencido de que, perante as transformações que estavam a processar-se na nossa economia, envolvida num contexto económico muito mais exigente, não seria possível manter os níveis de emprego conseguidos com um regime próximo da obrigatoriedade de celebração de contratos permanentes ou por tempo indeterminado.

De resto, não se pense que a existência de um instrumento tão flexível como os contratos a termo é remédio para todos os males. Veja-se a economia espanhola com a qual o paralelo faz todo o sentido, não só porque tivemos processos de transição política e económica muito próximos — em Portugal, o golpe de Estado de 1974 e, em Espanha, a morte de Franco em 1975; a aprovação da Constituição portuguesa em 1976 e a da Constituição espanhola em 1978; e a integração simultânea na CEE em 1986 —, mas, também, porque estas duas economias

são, precisamente, aquelas onde o fenómeno dos contratos a prazo adquiriu maior relevo, atingindo em Espanha quase 1/3 da população empregada. Isto, para além do regime de contratos a prazo ter sido introduzido em ambos os países aproximadamente no mesmo período, ou seja, antes dos anos 80.

Só que, ao contrário de Portugal, a Espanha é o “patinho feio” da OCDE, com taxas de desemprego superiores a 20%. A nosso ver, a disparidade de desempenhos pode ser explicada, pelo menos provisoriamente, olhando para o cabaz que cada um dos países “oferece” em termos de regulamentação do mercado de trabalho, ou seja, para as opções que cada país colectivamente foi adoptando após a queda das ditaduras.

6. Aspectos institucionais do mercado de trabalho

Aqui voltamos ao argumento central. Ou seja, que a taxa de desemprego de longo prazo em economias em transição/transformação é influenciada decisivamente pelos aspectos institucionais do mercado de trabalho. Repare-se que outra questão é a de se saber se as alterações institucionais são, elas próprias, endógenas ao sistema económico, isto é, se são provocadas pelo funcionamento da economia e por pressão dos seus agentes.

Como muito bem referiu, não há muito tempo, o Secretário-Geral da UGT, Portugal apresenta, do ponto de vista da legislação laboral, um leque de características que, se analisadas com cuidado, nos colocam no pelotão da frente em termos de flexibilidade do mercado de trabalho — bem à frente, do meu ponto de vista —, e já há alguns anos, por exemplo, da Espanha.

Estamos a referir-nos ao seguinte leque de características ou vector de políticas, como se queira: salário mínimo, subsídio de desemprego, contratos a prazo, despedimentos colectivos e individuais e horários de trabalho (obviamente a peça mais recente).

Não nos preocupando agora a questão — importante — da redistribuição do rendimento, importa sublinhar que em conjunto, estes





indicadores não permitem que a legislação laboral ainda seja utilizada pelos empresários como alibi para uma prestação menos conseguida das suas empresas.

Repare-se, por outro lado, que a nossa medida de flexibilidade tem o seguinte significado (em comparação com a média dos outros países):

- 1) o nosso salário mínimo não é muito elevado em relação à média dos salários;
- 2) o subsídio de desemprego não é muito generoso;
- 3) não existem demasiados obstáculos — administrativos ou outros — aos despedimentos por razões económicas, *por motivos estruturais, tecnológicos ou conjunturais*, na letra da lei.
- 4) a flexibilização do horário de trabalho e a polivalência de funções — com regras — são características desejáveis.

7. Conclusão

Concluo com uma reflexão que pretende aplicar à RAM a tese central que procurei defender. Em traços largos, e abusivamente simplificados, o argumento desenvolve-se da seguinte forma:

a) A transformação económica estrutural na RAM é menos intensa do que a média nacional. Indicador: estabilidade da distribuição da população empregada por actividades, pelo menos em termos dos grandes grupos. Se se quiser, o turismo foi e continua a ser a actividade motriz dominante.

b) Admitindo como verdadeira a proposição anterior, é de esperar que os mecanismos ou instrumentos de transição necessários a uma maior mobilidade, de que poderão ser exemplo os contratos a prazo, sejam menos utilizados. Com efeito, a percentagem de contratos a prazo na RAM é significativamente inferior à média nacional: entre 4,5 e 5%, contra os 11% a 12% da média nacional, valores actuais.

c) Sendo verdade as afirmações feitas em a) e b), é de esperar igualmente que o desempenho do mercado de trabalho seja mais elevado, ou seja, que a taxa de

desemprego, por exemplo, seja menor, o que se verifica trivialmente: a taxa de desemprego na Região não excede os 4,5%.

Parece-nos assim confirmada, de forma sumária, a nossa tese, isto é, que os processos de transição ou de forte transformação acarretam problemas adicionais de desemprego. Só que, aqui, vista ao contrário. Ou seja, na ausência de fortes transformações estruturais, e na presença de alguns instrumentos de flexibilização na utilização do trabalho, não são de esperar subidas significativas no nível de desemprego.

E agora termino. Incluindo-se esta comunicação num fórum político, promovido por um partido político de oposição, não queria cometer a indelicadeza de ser pessimista em plena campanha eleitoral, mas gostaria de realçar que, fazendo fé em vários modelos político-económicos, que atribuem grande peso às variáveis económicas na probabilidade de reeleição, parece-me ser necessário ter ideias muito claras acerca das alternativas económicas que devem ser anunciadas ao eleitorado, em tempo de consulta popular, capazes no fundo de ofuscar um bom desempenho económico da RAM no campo do emprego, quando comparado com a média nacional.